



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15541 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT26 - Educação do Campo

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO

Evanice Lima dos Santos - UFRB – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

Karina de Oliveira Santos Cordeiro - UFRB – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo integra uma pesquisa do Programa de Mestrado Profissional em Educação do Campo (PPGEDUCAMPO), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Nesse sentido, esta pesquisa objetiva investigar as vivências e o processo de inclusão de crianças com deficiência no contexto educacional da Escola do Campo, assim como verificar como é ofertada a formação docente e os desafios enfrentados na prática pedagógica para atender à criança com deficiência. Para tanto, levantaram-se os seguintes questionamentos: Quais os recursos e estratégias pedagógicas são utilizados no processo de ensino/aprendizagem dessas crianças? De que forma se constitui a formação docente para atender as necessidades educacionais dessas crianças? Diante disso, este estudo aborda análises e vivências educacionais, destacando como ocorre o processo de inclusão dessas crianças, além de analisar o processo formativo dos professores que atuam nas Escolas do Campo nas turmas de

Educação Infantil no município de Santo Antônio de Jesus – Bahia.

Diante da realidade do aumento de crianças com deficiência nas escolas regulares no município de Santo Antônio de Jesus – BA, percebeu-se que por vezes falta uma organização curricular contextualizada das instituições de ensino para receber essas crianças. Além disso, observou-se uma escassez de recursos adequados, bem como, identificou-se uma ausência de formação continuada para os professores das escolas do campo. Desse modo, justifica-se à escolha do tema proposto, a partir de uma inquietação em relação ao processo de inclusão das crianças com deficiência na escola do campo na etapa da Educação Infantil.

Na elaboração desse estudo científico buscaram-se referenciais que possibilitaram a construção do embasamento teórico dessa pesquisa, pautados nas obras de: Pereira (2010); Molina e Hage (2019), dentre outros. Desta forma, esse artigo foi estruturado a partir dessa introdução, seguida da metodologia, logo após tem-se a seção que discute a Educação do Campo e a Educação Especial e Educação do Campo e a inclusão de crianças com deficiência. Em seguida realiza-se a discussões dos dados, e por fim, têm-se as considerações finais.

2 METODOLOGIA

Para a realização desse estudo optou-se pela utilização da pesquisa qualitativa visando compreender a realidade vivenciada pelos sujeitos no contexto educacional. Esse trabalho de pesquisa encontra-se estruturado a partir da observação das professoras e as crianças, em uma Escola do Campo no município de Santo Antônio de Jesus – BA. Como instrumentos de coleta de dados foram utilizadas as técnicas de observação, análise de documentos disponibilizados pela Secretaria da Educação, além do Projeto Político Pedagógico da escola, dentre outros. Nos encontros com os educadores aplicou-se questionário, entrevista e roda de conversa, partindo sempre da escuta sensível e da observação das vivências das crianças com deficiência e os desafios enfrentados pelos professores no processo de ensino e aprendizagem para a efetivação da inclusão escolar.

Essa pesquisa está configurada a partir da construção do embasamento teórico como primeira etapa, a fim de possibilitar a compreensão fundamentada acerca do objeto de pesquisa. A etapa subsequente da pesquisa, a qual se encontra em andamento é constituída por diálogos, entrevistas, encontros, discussões, reflexões e análises das informações e dados coletados sobre o processo de inclusão de crianças com deficiência na Escola do Campo de Santo Antônio de Jesus, a estruturação da mediação do processo de ensino e

aprendizagem entre seus pares, e a organização da formação continuada dos educadores para atender as necessidades educacionais de cada criança.

3 EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação do Campo tem se firmado como campo teórico a partir de discussões e desejos de movimentos sociais que lutavam pela garantia de uma educação voltada para a população do campo, que viveu negligenciada pelo Estado durante muito tempo. Os indivíduos que faziam parte dessas manifestações sociais eram pessoas que trabalhavam no campo, os quais viviam sofrendo repressão pelos latifundiários, que eram os proprietários de extensas terras, e pelo agronegócio. Diante desse contexto, os camponeses lutaram para que houvesse Políticas Públicas que atendessem a população do campo para minimizar as desigualdades sociais.

As políticas públicas possibilitam as pessoas pertencentes ao contexto rural, assim como àquelas que possuem deficiência o direito de ter melhores condições de vida e respeito as suas particularidades. Desse modo, compreende-se que ambas sofrem o reflexo de paradigmas sociais que as rotulam como esferas sociais e educacionais marginalizadas e inferiores tornando-as invisibilizadas diante das pessoas na sociedade. Diante desse contexto, os sujeitos que possuem deficiência e residem no campo sofrem um duplo preconceito, levando-os a uma busca incessante para garantir seus direitos.

Nessa perspectiva, compreende-se que a educação não deve ser direcionada aos estudantes de forma linear, mas de maneira diversificada de acordo com as particularidades de cada aprendiz. Para tanto, vê-se a necessidade de instrumentalizar os professores para o exercício da sua práxis pedagógica que contemple a Educação do Campo e o contexto da diversidade que a compõem. Na visão de Pereira (2010) deve ser garantido uma formação continuada aos professores que estão atuando na Educação do Campo, uma vez que:

O fato de os cursos de formação inicial não terem em seus currículos essa discussão contribui para que muitos professores, ao se depararem com as peculiaridades da Educação do Campo, não sabiam como agir e acabem na maioria das vezes desistindo ou reproduzindo metodologias que não são condizentes com experiências sociais e culturais dos sujeitos que vivem no/do campo (Pereira, 2010, p. 117-118).

Desse modo, considera-se imprescindível a formação inicial e continuada dos professores para atuarem nas escolas localizadas no campo, pois os professores e crianças desse espaço possuem modos de vida, história e culturas diferenciadas das pessoas que residem na zona urbana. Portanto, a invisibilidade desses sujeitos na esfera educacional impossibilita a implementação de uma Educação do Campo em que os camponeses lutam pelo seu espaço e permanência na terra onde vivem, assim como pelo direito à educação no seu território. “No, povo tem direito a ser educado no lugar onde vive. Do, o povo tem direito

a uma educação pensada desde seu lugar e com a sua participação, vinculada a sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais” (Caldart, 2002, p. 18).

Sabe-se que as políticas públicas, possibilitaram um marco importante para os trabalhadores do campo, assim como para que o público da Educação Especial ganhasse força de luta e resistência contra o sistema hegemônico que consolida o aumento das desigualdades sociais. Sendo assim, a população não deve aceitar a ausência das políticas públicas diante da realidade escolar no meio rural, mas deve buscar melhores condições de vida na esfera social e educacional, rompendo-se as barreiras para a efetivação da oferta de uma educação gratuita e de qualidade. Para tanto, faz-se necessário a adotar proposições que implementem mudanças no cenário educacional na Escola do Campo, tais como:

(...) compromisso, capacitação e valorização dos professores, adequação dos conteúdos à realidade dos alunos, efetivo processo ensino-aprendizagem, valorização das experiências individuais dos alunos. Todavia, não podemos esquecer que esses segmentos se interligam e se complementam mutuamente, ou seja, a ausência de um pode prejudicar a concretização de ações que levem a uma educação de qualidade (Pereira, 2010, p.100).

Desse modo, a qualidade da educação compreende a junção de diversos fatores que viabilizam uma mudança institucional para assegurar um ambiente de formação e desenvolvimento, que certamente poderá contribuir no processo de ensino e aprendizagem.

2.1 Educação do Campo e a inclusão de crianças com deficiência

A Educação do Campo e no Campo tem muitos desafios, sobretudo àqueles que estão voltados para a promoção do acesso e permanência de alunos com deficiência nas Escolas do Campo. Alguns dos desafios enfrentados pelos indivíduos que vivem no campo para garantir o acesso, permanência e a qualidade da educação, geralmente tem relação com a ausência ou ineficácia na implementação de políticas públicas educacionais, assim como inadequação do espaço escolar, dificuldades relacionadas ao transporte escolar, irregularidade na oferta da merenda escolar, a qual quando não é disponibilizada pode trazer consequências no desenvolvimento escolar, o aumento de faltas e conseqüentemente pode levar à evasão escolar.

A Educação Inclusiva no Campo é ainda atualmente um assunto que emerge constantes discussões, pois, se percebe a necessidade ações que efetivem as políticas públicas do Campo para garantir que as crianças com deficiência possam usufruir dos seus direitos de forma justa e igualitária. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva enfatiza que:

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. A

partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas. (Brasil, 2007, p. 1)

Nesse sentido, a implementação de políticas públicas inclusivas abriram caminhos de acesso aos alunos com deficiência de preferência na escola comum. No entanto, é relevante considerar que as escolas precisam de uma reestruturação organizacional para evitar a exclusão e discriminação dessas crianças no espaço escolar por meio de ações que valorizem o contexto social dos aprendentes e suas especificidades. Configura-se que a inclusão de crianças com deficiência nas escolas do campo requer uma organização minuciosa para sanar todo e qualquer tipo de barreiras que inviabilizem seu desenvolvimento, possibilitar melhorias na infraestrutura dos prédios escolares promovendo à acessibilidade, a formação continuada de professores, adaptação pedagógica com utilização de recursos diversificados, tecnologias ativas e assistivas na promoção de uma equidade educacional.

Na visão de Molina e Hage (2019), a formação de professores é um fator que precisa ser pensada urgentemente para que estes possam construir saberes relevantes e significativos na sua prática docente para serem capazes de atender a realidade cultural dos estudantes do campo, respeitando suas origens, identidade e vivências. Nesse sentido, é importante que as instituições de ensino regular fomentem a construção de projetos pedagógicos fundamentados na formação de sujeitos críticos e autônomos, na intencionalidade de possibilitar que essas crianças tenham o direito de ocupar seu espaço social de forma digna e inclusiva.

Para tanto, Cunha (2019) enfatiza que um ambiente inclusivo vai além da utilização de recursos e materiais pedagógicos, mas também da importância qualificação do professor. É necessário que ele seja preparado para trabalhar no contexto da diversidade humana existente na sala de aula com uma prática pedagógica capaz de romper com o modelo de ensino hegemônico, possibilitando diferentes maneiras de acesso ao conhecimento visando-se a construção de uma verdadeira escola inclusiva.

2.2 Resultados e discussões da pesquisa

A pesquisa encontra-se em andamento e apresenta resultados preliminares do campo empírico do município de Santo Antônio de Jesus – BA, em turmas da Educação Infantil em uma Escola do Campo. As discussões partem da contextualização da realidade educacional vivenciada pelas crianças com deficiência e educadores da Escola do Campo.

O direito à educação tem sido uma conquista na história emancipatória do nosso país, o qual ainda apresenta marcas de um contexto colonial e escravista. As leis, decretos e diretrizes possibilitaram avanços significativos na garantia do acesso à educação e a permanência na escola.

Nessa perspectiva, a partir da análise do Referencial Curricular do município em questão, disponibilizadas pela Secretaria de Educação foi possível perceber que o referido está embasado no compromisso de valorização social, histórica e cultural da população, “garantindo o direito de aprendizagem e de desenvolvimento dos estudantes, transformando realidades e fazendo valer a justiça social com mais igualdade de oportunidades”. (Santo Antônio de Jesus, 2020, p. 57).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) na Lei nº. 8.069/90, no artigo 4º, reafirma o dever da família, do poder público, da comunidade e da sociedade garantir os direitos constitucionais da criança e do adolescente “à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, a profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária” (Brasil, 1990).

Diante disso, as crianças com deficiência e principalmente as que residem no contexto rural tiveram direito de frequentar a escola com os demais alunos ditos “normais”, no mesmo espaço da sala de aula. Conforme estabelecido na Lei 9.394/96 (LDB), no Artigo 3º “I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (Brasil, 1996).

A pesquisa apresenta resultados preliminares, tais informações consistem na configuração do processo de inclusão escolar de crianças com deficiência na Educação Infantil na Escola do Campo em Santo Antônio de Jesus - Bahia, partindo-se de uma análise das vivências dessas crianças e dos professores que lecionam nessas classes, a prática pedagógica e o processo de formação para promover a inclusão escolar.

Em relação à observação às vivências das crianças com deficiência matriculadas na Educação Infantil na Escola do Campo de Santo Antônio de Jesus (BA), foi possível perceber as lacunas e a fragilidade diante da implementação das políticas públicas que norteiam a inclusão de crianças com deficiência na rede de ensino regular. Identificou-se que a escola não tem ainda uma de infraestrutura adequada para garantir um espaço acolhedor e que atenda as especificidades da Educação Infantil, a fim de possibilitar um local de múltiplas aprendizagens, exploração e desenvolvimento infantil. Há também escassez de materiais diversificados, bem como de jogos pedagógicos que poderiam proporcionar interações e aprendizagens entre as crianças.

Dentre as barreiras que impossibilitam a inclusão escolar pode-se pontuar a necessidade de formação continuada para os professores que lecionam na Escola do Campo, principalmente na contextualização entre Educação do Campo e Educação Especial, as quais demandam um olhar reflexivo e diferenciado que geralmente são invisibilizados pela sociedade. Para Molina; Hage (2019), a

formação de professores é o instrumento propulsor que possibilita transformação no cenário educacional da Educação do Campo em que exige uma organização alicerçada nos protagonistas desse processo educativo, pensada para eles e com a participação dos mesmos. Para tanto, vê-se a necessidade de repensar as ações educativas no interior da Escola do Campo dentro do seu projeto pedagógico para atender a população do campo e as crianças com deficiência.

O presente estudo científico está em fase de construção e aborda discussões acerca do processo de inclusão de crianças com deficiência matriculadas na Educação Infantil na Escola do Campo no município de Santo Antônio de Jesus – BA. Essa temática problematiza os desafios enfrentados pelos alunos e professores que se encontram inseridos no contexto da Escola do Campo, os percalços diante do processo formativo desses educadores e educadoras no direcionamento da sua prática pedagógica para atender as necessidades educacionais das crianças com deficiência, assim como compreender e analisar de que forma as políticas públicas estão sendo implementadas na instituição de ensino para construir uma escola inclusiva.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Inclusiva está pautada em garantir o direito de que todos os sujeitos com deficiência tenham direito de acesso à matrícula na escola regular e que possam aprender os outros alunos ditos “normais” sem nenhum tipo de preconceito e discriminação. Dessa forma, compreende-se que as escolas precisam estar preparadas para atender ao contexto da diversidade, respeitando o tempo, os espaços, as culturas e as especificidades de cada alunado no interior da escola. Sendo assim, não é o aluno que precisa se adequar à escola, mas a escola que precisa buscar meios de suprir as necessidades dos aprendentes.

O processo de inclusão de crianças com deficiência ainda tem sido um processo desafiador na contemporaneidade, pois, as instituições de ensino estão estruturadas na homogeneidade, desconsiderando as particularidades desses estudantes com deficiência que residem e estudam no campo. Vale destacar, que o Brasil se encontra amparado por diversas políticas públicas voltadas para assegurar à educação a todos os cidadãos em todas as etapas e modalidades educacionais, assim como, para garantir a inclusão de alunos com deficiência na escola regular, no entanto, percebe-se a existência de lacunas na implementação das mesmas. Dessa forma, para mudar esse cenário educacional é preciso à construção e implementação de políticas públicas que contemplem os sujeitos em todas as dimensões geográficas, culturais, sociais, físicas e educacionais, a fim de possibilitar a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Senado Federal, 1990. Disponível em: [L8069 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br/legis/leis/8069.htm). Acesso em: 02 jul. de 2024.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. Disponível em: [L9394 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br/legis/leis/9394.htm). Acesso em 29 jun. 2024.

_____. MEC/SEESP. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. Disponível em: [Política Nacional de Educação Especial na \(mec.gov.br\)](http://mec.gov.br/educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva). Acesso em 12 jun. de 2024.

CALDART, Roseli. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, E.J.; CERIOLI, P.R.; CALDART, R. (Org). **Educação do campo**: identidade e políticas públicas. Brasília: Articulação Nacional por uma educação do campo. 2002. p. 25-36 (Coleção por Uma Educação do Campo, 4).

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão**: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. 8. ed. Rio de Janeiro: Wak Ed. 2019.

MOLINA, Mônica Castagna. HAGE, Salomão Mufarrej; **Licenciaturas em Educação no Campo [recurso eletrônico]**: resultados da pesquisa sobre os riscos e potencialidades de sua expansão. Florianópolis: LANTEC /CED/UFSC, 2019. 480 p. Disponível em: <https://prosa.paginas.ufsc.br/files/2021/09/MOLINA-HAGE-2019-livro-Sub-7.pdf>. Acesso em 25 de maio de 2024.

PEREIRA, Ana Claudia da Silva. Condições de funcionamento de escolas campo: em busca de indicadores de custo-aluno-qualidade. In: ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; HAJE, Salomão Mufarrej (organizadores). **Escola de direito**: reinventando a escola multisseriada. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 95-132.

SANTO ANTÔNIO DE JESUS. Secretaria Municipal de Educação. **Referencial Curricular Santoantoniense para a Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Santo Antônio de Jesus – Bahia: Secretaria de Municipal de Educação, 2020. 765p.

Palavras-chave: Educação do Campo; Educação Infantil; Educação Especial.